

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 6ª EDIÇÃO	VII
APRESENTAÇÃO À 5ª EDIÇÃO	IX
APRESENTAÇÃO À 4ª EDIÇÃO	XI
APRESENTAÇÃO À 3ª EDIÇÃO	XIII
APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO	XV
CAPÍTULO 1 – CONCEITOS ESSENCIAIS DE DIREITO PROCESSUAL.....	1
1.1 Jurisdição.....	1
1.2 Ação e tutela jurisdicional	2
1.3 Processo	2
1.4 Procedimento	4
1.5 Processo e sua classificação: retomada do conceito de <i>tutela jurisdicional</i>	5
1.6 Processo e procedimento: sofisticando a classificação	8

CAPÍTULO 2 – A JURISDIÇÃO NO PLANO EXECUTIVO	13
2.1 Jurisdição como conceito inclusivo da ideia de execução	13
2.2 Jurisdição executiva <i>versus</i> processo executivo	15
2.3 Tutela executiva, sincretismo processual e processo de execução.....	17
2.4 Execução processual (título extrajudicial) e execução sincrética (documento judicialmente produzido, prescritor de obrigação a ser cumprida): panorama geral dos meios de emissão da tutela executiva.....	19
2.5 Execução fiscal: o meio de constituição do crédito respectivo como elemento definidor de sua natureza processual.....	20
 CAPÍTULO 3 – EXECUÇÃO FISCAL: LINEAMENTOS GERAIS	 23
3.1 Posição sistêmica	23
3.2 Definição	24
3.2.1 O sujeito ativo.....	24
3.2.2 O objeto	24
3.2.3 Conjugando os dois elementos.....	25
3.2.4 O (indiferente) sujeito passivo.....	26
 CAPÍTULO 4 – OS SUJEITOS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL	 33
4.1 Introdução: o processo e suas dimensões, objetiva e subjetiva	33

4.2	O conceito de <i>parte</i> e seu canal de definição: a petição inicial.....	34
4.3	O conceito de parte <i>legítima</i> (legitimidade <i>ad causam</i>)	36
4.4	O conceito de <i>parte</i> e de <i>parte legítima</i> no âmbito executivo fiscal	36
4.5	O sujeito ativo – exequente	39
4.5.1	Casos especiais: dívida ativa do INCRA...	40
4.5.2	Casos especiais: contribuição ao FGTS....	42
4.5.3	Casos especiais: contribuição relativa ao INSS e ao FNDE após a implementação da “Receita Federal do Brasil”	45
4.6	O sujeito passivo – executado	50
4.7	Direcionamento e redirecionamento	56
4.8	Redirecionamento e PARR.....	59
4.9	Responsabilidade patrimonial <i>versus</i> responsabilidade tributária e desconsideração da personalidade jurídica.....	62
4.10	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica em sede de execução fiscal.....	69
4.11	O impasse derivado do julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) 0017610-97.2016.4.03.0000	76
4.12	Particularidades do incidente em confronto com o regime das execuções fiscais.....	78
4.12.1	Efeitos materiais decorrentes do acolhimento, no mérito, do incidente e sua delimitação temporal.....	78
4.12.2	Efeitos da instauração do incidente.....	79
4.12.3	Efeito suspensivo da execução? Faz sentido?	80

EXECUÇÃO FISCAL

4.13 O Ministério Público como <i>custos legis</i> na execução fiscal.....	82
4.13.1 Introdução	82
4.13.2 Funções do Ministério Público.....	83
CAPÍTULO 5 – EXECUTIVO FISCAL E SEU OBJETO	95
5.1 Introdução: o processo executivo fiscal em sua dimensão objetiva	95
5.2 Certidão de Dívida Ativa: como ato administrativo (“espelho” do Termo de Inscrição)	96
5.3 Certidão de Dívida Ativa: competência para sua produção.....	101
5.4 Os créditos alcançados pela expressão <i>dívida ativa</i>	102
5.5 A Certidão de Dívida Ativa no âmbito tributário	104
5.6 A Certidão de Dívida Ativa como título executivo	107
5.7 O especial caso do crédito tributário federal após o advento da Portaria PGFN n. 33/2018: o papel desempenhado pelo PRDI no contexto da produção da Certidão de Dívida Ativa	109
5.8 A especial presunção que recobre a Certidão de Dívida Ativa e as ideias de exigibilidade (eficácia fraca) e exequibilidade (eficácia forte)	115
5.9 As prerrogativas outorgadas ao crédito submetido à execução fiscal.....	118
5.9.1 O art. 2º, § 8º, da Lei 6.830/80	118
5.9.2 O art. 26 da Lei 6.830/80	127
5.9.3 Uma possível crítica às prerrogativas outorgadas à Fazenda Pública	130

CAPÍTULO 6 – COMPETÊNCIA.....	135
6.1 O inciso I do art. 109 da Constituição Federal como base geral para definição de competência em nível de execução fiscal.....	135
6.2 Pontos especiais sobre o art. 109, inciso I, da Constituição Federal.....	137
6.2.1 Sociedades de economia mista.....	137
6.2.2 Conselhos profissionais.....	137
6.2.3 O impacto gerado pelo art. 114, inciso I (Emenda Constitucional 45/2004) sobre o inciso I do art. 109: o problema das execuções pertinentes a contribuições ao FGTS	139
6.2.4 O impacto gerado pelo art. 114, inciso VII (Emenda Constitucional 45/2004) sobre o inciso I do art. 109: o problema da execução de verba decorrente de penalidade imposta ao empregador por órgãos de fiscalização das relações de trabalho.....	140
6.2.5 Cobrança de contribuições previdenciárias decorrentes de sentença trabalhista.....	142
6.2.6 Execução de ITR.....	147
6.3 O art. 109, inciso II, e o art. 102, inciso I, alínea e, ambos da Constituição Federal, como especial base de definição da competência da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal, respectivamente, para fins de execução fiscal.....	148
6.4 Classificação das competências da Justiça Federal em nível executivo fiscal (segundo o critério que considera a razão que <i>inspirou</i> a Constituição Federal).....	151
6.5 Competência federal outorgada à Justiça Estadual.....	151

EXECUÇÃO FISCAL

6.5.1	Os modelos pré e pós Emenda Constitucional 103/2019	151
6.5.2	Competência federal outorgada à Justiça Estadual no plano recursal	154
6.6	Modificação de competência e execução fiscal..	155
6.6.1	Introdução	155
6.6.2	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	156
6.6.3	Competência: estática e dinâmica.....	157
6.6.4	Causas de modificação de competência ...	159
6.6.4.1	<i>Causas gerais e causas específicas</i>	159
6.6.4.2	<i>Inércia do réu</i>	160
6.6.4.3	<i>Conexão e continência</i>	163
6.6.4.4	A “nova” conexão (art. 55, § 2º, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015).....	169
6.6.4.5	A “reunião por conveniência” (art. 28 da Lei 6.830/80).....	171
6.6.4.6	<i>Negócio jurídico processual em execução fiscal de crédito tributário federal (Portaria PGFN 742/2018) e modificação de competência</i>	172
CAPÍTULO 7 – PROCEDIMENTO		179
7.1	Introdução.....	179
7.2	A organização fundamental do rito <i>executivo fiscal</i>	180
7.3	As duas fases fundamentais do procedimento executivo fiscal – preparatória da expropriação e propriamente expropriatória: distinção	181
7.4	Primeira fase: a preparação da expropriação....	182

7.4.1	Introdução	182
7.4.2	Pressupostos processuais de constituição	183
7.4.3	Os primeiros atos da fase preparatória: reestruturando (e complementando) o raciocínio	185
7.4.4	Os desdobramentos possíveis da fase preparatória	188
7.5	Segunda fase: a expropriação propriamente dita	191
7.5.1	Introdução	191
7.5.2	Atos integrantes da fase expropriatória...	191
	7.5.2.1 <i>Garantia sob a forma de depósito ..</i>	192
	7.5.2.2 <i>Garantia sob a forma de fiança ou de seguro garantia</i>	193
	7.5.2.3 <i>Garantia sob a forma de penhora...</i>	194
7.6	Os embargos e seu impacto no ciclo procedimental executivo.....	201
7.6.1	Os embargos vistos como um elemento intercalar às fases preparatória e expropriatória	201
7.6.2	O problema da aplicação (ou não) das diretrizes procedimentais estabelecidas pela Lei 11.382/2006 (e mantidas pelo Código de Processo Civil de 2015)	202
	7.6.2.1 <i>Instrumentalidade (a atividade processual não é um fim em si mesma) e “efetividade executiva” como razões detonadoras da reforma do processo de execução</i>	202
	7.6.2.2 <i>A supressão da automaticidade do efeito suspensivo nos embargos à execução</i>	203
	7.6.2.3 <i>A não automaticidade do efeito suspensivo nos embargos à execução, a</i>	

EXECUÇÃO FISCAL

<i>cláusula do devido processo legal e o direito de defesa do executado</i>	204
<i>7.6.2.4 Efeito suspensivo nos embargos à execução: compatibilidade das condições legalmente impostas com o regime jurídico geral da cautelaridade</i>	206
<i>7.6.2.5 Aplicabilidade do “novo” regime às execuções fiscais</i>	209
7.6.3 A garantia como pressuposto dos embargos à execução fiscal e a contagem do respectivo prazo	221
CAPÍTULO 8 – ATOS DE CONSTRICÇÃO NO PLANO DAS EXECUÇÕES FISCAIS	227
8.1 Introdução: definindo penhora	227
8.2 Garantia <i>versus</i> penhora: gênero e espécie.....	228
8.3 Depósito.....	229
8.4 Fiança	230
8.5 Seguro-garantia	234
8.6 Penhora: voltando ao tema	249
8.6.1 Ordem de incidência	250
8.6.2 Formas “peculiares” de penhora	254
8.6.2.1 Penhora on-line	254
8.6.2.2 Penhora de crédito decorrente de precatório judicial	260
8.6.2.3 Penhora de faturamento.....	263
8.7 Impenhorabilidade	266

CAPÍTULO 9 – A DEFESA NO PLANO EXECUTIVO FISCAL	273
9.1 Introdução.....	273
9.2 Embargos à execução	274
9.2.1 Natureza jurídica.....	274
9.2.2 Conteúdo.....	276
9.2.3 Efeitos do ajuizamento.....	278
9.2.4 Procedimento.....	279
9.2.5 Efeitos do julgamento dos embargos	280
9.2.6 Embargos à execução no âmbito recursal	283
9.2.7 Efeitos da apelação em embargos à execução	285
9.2.8 Honorários.....	289
9.3 Exceção de pré-executividade.....	293
9.3.1 Definição e campo de alcance	293
9.3.2 Exceção de pré-executividade <i>versus</i> embargos	297
9.3.3 Exceção de pré-executividade e sincretismo processual.....	300
9.3.4 Julgamento e recorribilidade.....	302
9.3.5 Exceção de pré-executividade e cooperação (art. 6º do Código de Processo Civil de 2015).....	304
CAPÍTULO 10 – EXECUÇÃO FISCAL E CAUTELARIDADE.....	311
10.1 Tutela cautelar: lineamentos gerais	311
10.2 Tutela cautelar geral (<i>poder geral de cautela</i>) e tutela cautelar específica	313

EXECUÇÃO FISCAL

10.3 Medida cautelar fiscal	315
10.3.1 Definição e requisitos	315
10.3.2 Indisponibilização do patrimônio de terceiro (corresponsabilidade tributária em cautelar fiscal)	318
10.3.3 Competência (e subordinação).....	319
10.3.4 Cautelar fiscal preparatória.....	321
10.3.5 Procedimento.....	322
10.3.6 Eficácia da medida cautelar fiscal no tempo	324
10.3.7 Eventual transcendência da medida caute- lar fiscal	325
10.4 Cautelaridade relacionada à defesa.....	326
10.5 Antecipação de garantia em nível administrativo: a inovação trazida pela Portaria PGFN 33/2018	334
CAPÍTULO 11 – EXECUÇÃO FISCAL EM CONFRON- TO COM OUTRAS CATEGORIAS PROCESSUAIS TRIBUTÁRIAS	339
11.1 Processualidade tributária exacional e antiexa- cional	339
11.2 As diversas possibilidades processuais tributárias antiexacionais e o conceito de <i>positivação</i>	341
11.3 O momento em que a atuação processual se celebra como critério de determinação do tipo antiexacional	345
11.4 Modos antiexacionais de processualidade: uma visão geral	346
11.5 Primeiro confronto: ação preventiva (declaratória ou mandado de segurança) e execução fiscal	347

11.6 Segundo confronto: ação judicial repressiva (anulatória ou mandado de segurança) e execução fiscal.....	349
11.7 E se a execução com a qual a anulatória “dialoga” estiver em fase de embargos?	350
11.8 Terceiro confronto: repetição e execução fiscal	352
11.9 Quarto confronto: processo administrativo e execução fiscal	352
11.10 O art. 38 da Lei 6.830/80.....	359
11.11 O “Pedido de Revisão de Débitos Inscritos” (Portaria PGFN 33/2018).....	363
11.12 Recuperação judicial e execução fiscal.....	366
CAPÍTULO 12 – EXECUÇÃO FISCAL E PRESCRIÇÃO	377
12.1 Prescrição, “prescrição fiscal” e prescrição tributária	377
12.2 “Prescrição fiscal” e seu termo inicial.....	378
12.3 Prescrição intercorrente	379
12.4 Prescrição intercorrente “especial”: a que deriva da prévia aplicação do art. 40 da Lei 6.830/80....	381
12.5 Cognoscibilidade <i>ex officio</i> da prescrição intercorrente	383
12.6 O art. 2º, § 3º, da Lei 6.830/80	387
12.7 Prescrição (e decadência) em relação às contribuições previdenciárias (arts. 45 e 46 da Lei 8.212/91)	390
12.8 A contagem da prescrição em nível tributário: da inscrição ao despacho.....	391
12.9 A contagem da prescrição intercorrente inclusive nos casos abarcados pelo REsp 1.340.553/RS....	401

EXECUÇÃO FISCAL

12.10 A prescrição para o redirecionamento: quarta hipótese	406
CAPÍTULO 13 – FORMAS “PARALELAS” DE SATISFAÇÃO DO CRÉDITO FAZENDÁRIO.....	411
13.1 Introdução.....	411
13.2 Cobrança em sentido próprio (“direta”) e cobrança “indireta” (estímulo à voluntariedade).....	412
13.3 Estímulos sancionatórios <i>versus</i> virtual inexigibilidade do crédito fazendário	415
13.4 Execução passiva	417
13.5 A compensação instituída pela Emenda Constitucional 62/2009.....	417
13.6 A transação da Lei 13.988/2020.....	424
13.7 Negócio jurídico processual em execução fiscal de crédito tributário federal (Portaria PGFN 742/2018)	434
13.8 Cotejo do negócio jurídico processual e da transação federais	437
13.9 A transação no âmbito do Estado de São Paulo	439
13.10 Negócio jurídico processual no âmbito do Estado de São Paulo	442
13.11 Execução fiscal administrativa	445
13.12 O protesto da Certidão de Dívida Ativa	456
REFERÊNCIAS	463